
TURISMO, RELAÇÕES DE TRABALHO E A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

TOURISM, LABOR RELATIONS AND REORGANIZATION OF A RURAL SPACE

Marco Antônio Negri da Silveira
Bacharel em Turismo – PUCRS

Julice Salvagni
Doutoranda em Sociologia – UFRGS.

RESUMO: Problematiza-se por meio de um estudo de caso, a agricultura familiar em relação aos projetos de turismo do Vale dos Vinhedos- RS através da análise de narrativas dos seus atores sociais e de dados históricos. Por meio de entrevistas individuais de história de vida e análise documental, ambas de caráter preliminar, percebe-se que nos últimos anos os empreendimentos vitivinícolas, hoteleiros e gastronômicos da região tendem a constituir-se de modo a abarcar o trabalho do agricultor familiar, que deixa sua pequena propriedade para se tornar um assalariado de um espaço recentemente urbanizado ou, quando muito, passam a serem fornecedores de uma matéria prima altamente desvalorizada pelo empreendedor. Neste processo histórico, enfatiza-se a ausência dos projetos de turismo desenvolvidos por parte da iniciativa pública e, ao mesmo tempo, uma lacuna na inclusão da agricultura familiar com os empreendimentos turísticos privados, que passaram a dominar as relações de trabalho da região, já que uma minoria destes trabalhadores tiveram condições de consolidar-se na agroindústria. Constata-se que, embora o Vale dos Vinhedos seja um roteiro turístico aparentemente constituído, a agricultura familiar tem sido sucumbida através da falta de legitimidade, historicamente estabelecida, do seu trabalho em relação com o mercado turístico, desfazendo assim, a prerrogativa das iniciativas do turismo também enquanto fenômeno social. Analisado de modo crítico a transformação histórica dos arranjos sociais, sugere-se que houve uma reorganização em função da conjuntura de um mercado voltado ao turismo, o que embasa as premissas de dominância do empresariado na região, bem como, da consequente desvalorização do trabalhador rural, o que nada mais é que a própria observação local da maturação de um modelo capitalístico inscrito globalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar. Turismo. Relações de trabalho.

ABSTRACT: It is discussed, through a case study, the family farming in relation to tourism projects in the Vale dos Vinhedos- RS by analyzing narratives of their social actors and historical data. Through individual life history interviews and documentary analysis, both preliminarily, it is noticed that in recent years the winemakers, hotel and gastronomic ventures in the region tend to be up to encompass the work of family farmers, who leave their small properties to become employees of a recently urbanized space or, at most, are to be suppliers of a raw material, highly undervalued by the entrepreneurs. In this historical process, an emphasis is placed on the absence of tourism projects developed by public initiative and at the same time, a gap in the inclusion of family farming with private tourist developments that have come to dominate labor relations in the region, since the minority of those workers was able to consolidate themselves in agribusiness. It appears that, although Vale dos Vinhedos is a sightseeing tour apparently constituted, family farmers have been succumbed by the lack of legitimacy, historically established, of their work in relation to the tourist market, therefore,

undoing the prerogative of the initiatives of tourism also as a social phenomenon. Critically analyzing the historical transformation of social arrangements, it is suggested that there was a reorganization due to the situation of a market geared to tourism, which underlies the assumptions of dominance of business community in the region, as well as the consequent devaluation of rural workers, which is nothing more than the local observation of the maturation of a capitalistic model itself registered globally.

KEYWORDS: Family farming. Tourism. Labor Relations.

Apresentação

Retratar significa mostrar não a unicidade do sujeito retratado, mas sua função social, seu status, seu lugar na hierarquia do poder.

Contardo Calligaris

Elencamos, neste estudo preliminar, os aspectos das ruralidades da agricultura familiar em relação ao cenário turístico da região do Vale dos Vinhedos e suas disposições no campo econômico com base, especialmente, na teoria do construtivismo estruturalista de Pierre Bourdieu. Pretendemos elencar, com base na análise de dados preliminares, as formas de diálogo (ou não) da agricultura familiar frente às iniciativas de turismo da região na observância de um processo histórico que formata e legitima tais disposições sociais.

Consideramos, assim, que a “narração de episódios históricos pode ser feita a partir de diversos pontos de vista, que são a lente ideológica com a qual a leitura da realidade é feita, conduzindo e conformando a sua interpretação” (HOLZMANN, 2012, p. 143). Essa contingência histórica, portanto, especialmente do ponto de vista sociológico abordado, deriva das observações dos pesquisadores, de entrevistas pilotos já realizadas e de uma análise documental que reúne a constituição do Vale dos Vinhedos, especialmente tendo como base as últimas décadas.

O despertar deste tema dá-se pelas transformações ocorridas no meio rural proveniente das últimas décadas. Segundo entrevistados, a terra, que era o único meio de subsistência das famílias antigamente hoje passou a ser insuficiente, o que levou os trabalhadores rurais a buscarem alternativas de trabalho assalariadas, especialmente na indústria metalúrgica e moveleira, sobrando pouco espaço ao campo. Contudo, há expressivo número de família, como as contatadas nesta pesquisa, que produzem uma série de especiarias, cujo aprendizado do preparo atravessa as gerações e que não são vendadas comercialmente por falta de opções

ao produto da agricultura familiar. Sendo assim, estes trabalhadores precisam manter o seu trabalho no meio urbano e vendem em pequena quantidade o que é produzido de forma informal.

O Vale dos Vinhedos é localizado na Serra Gaúcha e inserido no encontro dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, tendo como atração suas vinícolas situadas no vale e estando abertas à visitação ao longo de todo o ano. Complementando a oferta turística, hotéis, pousadas, restaurantes, bistrôs, ateliês de arte, armazéns de queijos, doces e geleias coloniais e gourmet estão distribuídos ao longo da rota que reserva inúmeras outras atrações aos que ingressam no vale¹.

De acordo com entrevistas preliminares², apesar da grande potencialidade da agricultura familiar³, não existe uma expressiva absorção do turismo⁴ à mesma. Os agricultores familiares acabam por destinar a sua produção de matéria prima para a indústria, sem valor agregado, e, de modo geral, não são beneficiados pelo mercado turístico da região, apesar do significativo fluxo de visitantes. Inclusive, fazem com que o turismo da região que é ancorado na ruralidade, paradoxalmente, não seja focado ao rural, muito embora sob condições privilegiadas para tanto.

A valorização da agricultura familiar traz consigo além dos acréscimos destinados à economia da região, benefícios diretos para as melhorias de âmbito social, como a manutenção cultural fortemente estabelecida, a capacidade de alguma autonomia, além da valorização do trabalho rural e a perspectiva de fomentar melhores vínculos de trabalho por meio da *outra economia*⁵.

Será defendida aqui a premissa de que a agricultura familiar não se insere no meio turístico dominante devido a um conjunto de fatores históricos, culturais e sociais consolidados através das disposições que sobredeterminam a predominância dos empreendimentos de grande porte em relação ao pequeno produtor rural⁶.

¹ Extraído de Texto Institucional e disponível em www.valedosvinhedos.com.br (23/09/2013).

² Realizadas de janeiro à março deste ano, com agricultores familiares e representantes do turismo da região.

³ Argumento também defendido por Flores (2007).

⁴ Percebe-se a existência de projetos voltados ao turismo rural, como é o caso da Rota dos Sabores, mas estes contemplam uma parcela ínfima dos trabalhadores, segundo relatos de moradores da região.

⁵ Termo cunhado por L. Gaiger, P. Hespanha, A. Cattani, J. Laville, etc.

⁶ Corroboram com esta premissa estudos como de Flores (2007) e Tonini (2007).

A fim de dar conta dos objetivos propostos no projeto, utilizamos uma pesquisa qualitativa de estudo de casos múltiplos (YIN, 2002) onde os dados “podem ser escolhidos como replicações de cada caso, como comparações deliberadas e contrastantes, ou variações com base em hipóteses” (p. 384). Assim, é possibilitada a ampliação da divergência de elementos a comporem o *corpus* da pesquisa, com base nas dimensões epistemológica (filosófica, pressupostos) e metodológica (procedimentos, ferramentas de pesquisa).

Para a coleta de dados, foram realizadas até o momento entrevistas individuais preliminares (GASKELL, 2003). Para possibilitar uma análise pormenorizada da percepção do agricultor diante do cenário turístico da região, as entrevistas foram realizadas tanto com agricultores vinculados aos programas de turismo, quanto aqueles que não participam. Buscando uma compreensão ampla dos casos, e respondendo aos objetivos propostos, também usaremos dados secundários como a análise documental das políticas públicas de turismo, observações das vivências dos trabalhadores e levantamento de dados econômicos.

Para fins de análise dos dados, fundamentamos a análise de discurso como método de produção de sentidos sobre o material coletado. Entendemos que o conhecimento é socialmente construído e, portanto, exige o desdobramento dos fenômenos nas ações ou práticas ao qual estão ligados (GILL, 2003). Comprometendo-nos com uma postura crítico-teórico em relação aos dados, são discutidos os fatos num contexto histórico e cultural.

Turismo e ruralidades: uma relação de dominação

De acordo com o cenário econômico existente no país, vivemos um processo de incentivo a produção nos seus mais variados segmentos, a fim de buscar o seu desenvolvimento. Dentre os setores que merecem grande atenção esta o rural, sendo contemplado por atividades como, por exemplo, a agricultura, onde “a partir de 1997 houve um substancial aumento nas liberações de recursos e a política foi continuada nos anos posteriores” (ANTUNES; et al, 2013, p. 78).

A agricultura que hoje é responsável por 95% dos empregos gerados no campo e por 40% do Produto Interno Bruto Brasileiro, é visível nos empreendimentos rurais cuja orientação se dá pela simbiose e sinergia entre família, terra e trabalho (TEDESCO, 2008)

trazendo, assim, como responsabilidade a devida participação do Estado com o objetivo de regulador de mercado, garantindo preços e rendas para os agricultores, estimulando a produção doméstica e garantindo o abastecimento das áreas urbanas (LEITE, 2001).

Porém, os valores efetivos atribuídos à agricultura familiar vão muito além daqueles já representados por dados ou análises econômicas fornecidas pelos órgãos responsáveis. Isto é, a agricultura familiar é responsável por uma expressiva gama de valores econômicos e simbólicos que, por vezes, pode passar despercebida em um cenário que privilegia o olhar aos grandes empreendimentos. Outrossim, “a ortodoxia econômica considera como um puro dado, a oferta, a demanda, o mercado, é o produto de uma construção social, é um tipo de artefato histórico, do qual somente a história pode dar conta” (BOURDIEU, 2005, p. 17). Por exemplo, existem inúmeras correlações atreladas à alta porcentagem de geração de emprego no campo ou sua grande contribuição no Produto Interno Bruto do país, conforme o censo agropecuário do governo federal (CONTI; PERALTA, 2008).

Há fatores capazes de agregar valor a agricultura familiar: suas tradições, hábitos e costumes inerentes a uma forma única de trabalho. Estes aspectos distintos acrescentam símbolos e significados às ações, criando características específicas a sua produção e sendo enriquecidas pela diversificação de suas atividades. Essas diferenciações culturais são capazes de constituir um *caráter pluriativo e multifuncional* (ELESBÃO; TEIXEIRA, 2011) que compõe a base de sua produção.

Dessa forma, outras variáveis estão inseridas neste contexto como a “relação cultural e social entre aqueles que produzem e deles com a terra e seus frutos” (CONTI; PERALTA, 2008, p. 23), por vezes não levadas em consideração para um entendimento do cenário agrícola de uma região e sua importância socioeconômica. Tais características tão singulares e diferenciadas tornam-se por vezes um atrativo aos olhos de quem busca conhecer ou interagir com o meio rural, cabendo assim ao *turismo como fenômeno social* (DE LA TORRE, 1992) a sua devida atenção e inserção no mercado.

A necessidade de novas alternativas como produto turístico de uma região nos leva às premissas de outros elementos ainda pouco explorados pelo setor, que compõe o modelo das

*novas ruralidades*⁷, capazes de trazer benefícios além de econômicos, pelo capital envolvido, mas também sociais e sustentáveis, na integração da agricultura familiar em questão com os interesses de uma demanda crescente em interagir cada vez mais com o meio de destino.

O resultado dessa inserção da agricultura familiar nas estratégias do setor turístico tem função determinante para o desenvolvimento econômico de uma região. Assim, o turismo contribui para “elevar a ‘qualidade de vida’ da população rural, preenchendo o isolamento socioeconômico por estruturas de caráter humano, oportunizando prospecções culturais decorrentes do convívio com diferentes culturas e da possibilidade de alargamento das opções de trabalho” (SARTOR, 1981 apud SOUZA; ELESBÃO, 2011, p. 274).

O campo de pesquisa do projeto é o Vale dos Vinhedos, região turisticamente reconhecida do estado e do país, ligado à atividade da agricultura familiar e sua enorme riqueza cultural onde “é comum que o espaço social e econômico local retenha alguns traços característicos de seu passado camponês ou colonial” (SCHNEIDER, 2004, p.168).

Embora atualmente existam projetos turísticos⁸ voltados cada vez mais para o desenvolvimento de propriedades, capazes de gerar emprego e renda ao campo, ainda são expressivos os empreendimentos da agricultura familiar com produtos excedentes – comumente vendidos de forma artesanal e informal –, além das paisagens rurais, que não são desenvolvidos efetivamente nos planos de turismo da região.

Consideramos que a ampliação da execução destes projetos representaria uma possibilidade de valorização cultural, desenvolvimento e sustentabilidade as localidades escanteadas do *campo econômico*. “A lógica do mercado nunca conseguiu suplantar completamente os fatores não econômicos na produção ou no consumo” (BOURDIEU, 2005, p.22), haja vista que aspectos simbólicos da produção rural não são valorizados em um meio desigual, cujo agente dominante é os grandes empreendimentos.

Ainda que novas teorias sejam incorporadas na tentativa de projetar um novo modelo, capaz de mudar os avanços da modernização, esta realidade esta ainda longe de ser inserida

⁷ Conceitua-se como “sistemas produtivos e orgânicos onde são agregadas as novas atividades, necessariamente, interligadas e integradas numa proposta concreta de sustentabilidade local, trazendo benefícios reais à geração de emprego e renda no campo” (BLANCO, 2004, p. 46).

⁸ Segundo entrevistados, a secretaria de turismo de Garibaldi mantém um projeto voltado à agricultura familiar, a estrada do sabor, que possui apenas quatro famílias cadastradas.

nos planos econômicos dos países em desenvolvimento. Não somente no Vale dos Vinhedos, como também nas demais regiões do país com atividade proveniente da agricultura familiar, os problemas enfrentados são conhecidos e basicamente os mesmos, a saber, relacionados ao modelo aplicado no mercado.

As características adotadas até então pela modernização implicam a noção dos agricultores como empresários agrícolas, voltando sua produção pela lógica de mercado e gerando força de trabalho não qualificada. Este modelo mostrou-se incapaz de determinar outros fatores existentes para um desenvolvimento mais amplo, prendendo-se somente aos resultados expressos pela renda per capita, sem considerar questões sociais como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) tomando como exemplo.

Sendo assim, é notável a desvalorização da terra⁹ e do trabalho neste modelo de desenvolvimento capitalista, onde é conceituado como um “movimento competitivo dos capitais industriais a fim de criar setores de acumulação através da reestruturação do processo recebido de produção rural pré-industrial” (GOODMAN, 1990, p.6).

Disposto em meio ao monopólio das grandes empresas, o trabalhador rural não tem condições de competir com os grandes empresários do turismo já que existe uma violência simbólica, na dominação de uma classe sobre a outra (BOURDIEU, 2002), que tampouco encontra espaços para incluir produtos dentre aqueles já existentes, a menos que de forma explorada. Isso se relaciona com o “efeito de posições e o que é produto de disposições” (BOURDIEU, 2007, p. 189) determinadas pelos agentes e que comanda a sua relação com o mundo social.

O fornecimento do produto final, pronto para o consumo, a um empreendimento, quando acontece, acaba por estreitar radicalmente a margem de lucro do produtor. O agricultor, submetido ao sistema de terceirização dos seus serviços, acaba por tornar-se parte de um *processo de precarização*¹⁰ do seu trabalho e só o recurso das disposições é capaz de permitir a compreensão que “os agentes têm do mundo aplicando-lhe formas de conhecimento

⁹ Esclarecendo que não se trata de desvalorização da terra enquanto produto imobiliário, mas sim da terra enquanto fonte produtiva.

¹⁰ Entendemos *precarização* como “o processo de redução ou de suspensão de direitos laborais, decorrente da disseminação de formas de inserção no mercado de trabalho em substituição ao trabalho assalariado e as proteções à ele associadas.” (GALEAZZI e HOLZMANN, 2011, p. 259).

extraídas da história e da própria estrutura do mundo ao qual eles as aplicam” (BOURDIEU, 2007, p. 190).

Tomando como vista uma análise das estruturas sociais, bem como as relações de poder nelas imbuídas, procuram-se alternativas de esclarecer porque uma atividade econômica capaz de produzir cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira¹¹, como a agricultura familiar, ainda está a passos lentos em direção ao reconhecimento, mesmo quando imersa em uma reconhecida região turística.

È inevitável pensarmos que os problemas existentes na agricultura familiar provavelmente localizam-se, entre outros, em torno da dificuldade de regulamentação do produto turístico na economia local ou então a inconsistência de políticas públicas de desenvolvimento rural e da gestão de projetos onde “apesar do fracasso quase generalizado desses programas, em relação aos seus objetivos originais, é importante um esforço efetivo de aprender com suas experiências” (DELGADO, 2009, p.29).

Diante deste cenário, procuramos elementos no processo históricos que justifiquem a atual situação de degradação da agricultura familiar nesta região pesquisada. Ponderamos que o percorrer dos fatos é essencial para entender não só a consolidação desta disposição do trabalhador rural na atualidade, como também, ajudam a desvelar estruturas de poder inerentes aos papéis dos atores sociais em questão. Mais que isso, esta provocação busca um discurso de aversão ao modelo vigente, capaz de repensar as alternativas existentes às atuais conjunturas, onde quiçá, o turismo possa ser empregado e compreendido enquanto em fenômeno social que ultrapasse uma mera implicação de mercado.

Neste sentido, nos indagamos sobre a percepção da agricultura familiar em relação ao turismo do vale dos vinhedos e suas disposições no campo econômico, aspecto a ser explorado no próximo item, de modo a relacionar as vivências individuais do agricultor familiar com as noções macroeconômicas aplicadas à interlocução das ruralidades com o cenário de turismo.

Agricultura familiar e turismo: uma disposição desprivilegiada

¹¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

Tendo por base as entrevistas preliminares realizadas com trabalhadores rurais da região, desenvolvemos a premissa de que as políticas públicas voltadas ao turismo focam-se essencialmente na compreensão de um turismo pretendido como comercial, de mercado e que muito pouco considera o desenvolver novos espaços de trabalho ao agricultor familiar. Desta forma, os recursos públicos são substancialmente destinados à projetos que fomentam os empreendimentos já consolidados, como é o caso das vinícolas, estabelecimentos de prestação de serviços voltados ao turismo e, até mesmo, o próprio comércio local.

Analisaremos na sequencia, em ordem cronológica, alguns fatos relevantes das ultimas décadas que serão usados como tentativa de buscar um melhor entendimento do processo de dominação situado na região ao longo dos tempos, fazendo parte assim, da sua própria historia a construção de uma conjuntura voltada não para os interesses do trabalhador, mas de uma forte ligação entre as políticas públicas e as corporações que ali se firmaram.

A criação da Festa da Uva (1931) teve, em seu propósito inicial, a busca pelo fortalecimento da interação da comunidade, bem como, a exposição dos produtivos por estes desenvolvidos. Contudo, a segunda edição de 1932, já mostrava sinais claros dos interesses voltados aos grandes proprietários da indústria do vinho, representados especialmente pelo sindicato vitivinícola. Segundo Valduga (2011), as exigências criadas pelo governo colocaram barreiras estruturais e tecnológicas essenciais para a produção das cooperativas da região, dando assim, fomento e vigor ao empresariado que se fortalecia.

A participação e envolvimento dos principais agentes de poder, representantes do empresariado da região, na organização da festa mostravam fortes traços de uma tendência produtiva industrial e desenvolvimentista capaz de dialogar tão somente com os interesses dessa classe mais afortunada. Valduga (2011, p.124) afirma que a “organização da Festa da Uva esteve a cargo principalmente de uma elite intelectual, política e econômica urbana, ansiosa para mostrar o progresso material da colônia e deixar para trás o isolamento, os anos de privação e miséria das primeiras décadas da colonização”, ou seja, esteve desde os primórdios distante do trabalhador rural.

Esclarecendo essa ligação entre os principais produtores e o poder público da região, como um entrave para uma discussão social sobre o espaço rural em torno do turismo, exemplificamos aqui os privilégios dados a uma minoria já estabelecida economicamente

sobre a atenção destinada para a execução desse evento. Na edição seguinte, em 1934, também “praticamente toda a diretoria foi composta por industriais do vinho, tendo a frente o idealizador Joaquim Pedro de Lisboa. A partir dessa edição, não era mais necessário o financiamento regional do evento, apenas o ‘indispensável e valioso apoio moral’ dos prefeitos dos municípios vizinhos” (VALDUGA, 2011, p.124).

Permitindo-se explorar de forma pontual alguns momentos importantes da história para a abordagem até então analisada, partimos então para a década de 50, onde notamos uma forte pressão por parte dos órgãos reguladores, estes criados no governo Vargas, na busca por uma produtividade dentro dos padrões econômicos necessários para a competitividade do produto no cenário que o mercado dispunha. Neste período, ocorrem importantes transformações do mercado, que conseqüentemente exercem modificações no espaço rural, onde o fortalecimento da indústria e das cooperativas exercem grande influência sobre os trabalhadores da região, tendo em vista as adequações necessárias na produção, higiene, armazenamento, transporte, entre outros pontos para uma evolução qualitativa do processo de produção.

Esta nova etapa mostra as dificuldades que o trabalhador rural possuía para se adequar às exigências do mercado, trazendo efeitos brutais para a permanência destes nos espaços que, até então, eram sua fonte de trabalho e renda. Sendo transformadas as relações de trabalho e também a organização do espaço rural, o “Estado e industriais seguiam conduzindo as decisões do segmento, porém, as cooperativas permitiram que uma parcela de colonos reivindicasse seu espaço, o que resultou numa relativa melhora das condições de vida e uma lenta mudança regional” (VALDUGA, 2011, p. 146).

Compreendendo as mudanças da década de 60, Bento Gonçalves e Garibaldi debruçavam-se sobre uma forte alteração do modelo econômico até então usado como padrão de produção. Diante da crise do setor referente à instabilidade da oferta e demanda dos produtos, destacamos o aumento do estoque das vinícolas perante o intenso crescimento da produtividade e seus efeitos com uma demanda que não acompanhava tal ritmo. Esse fenômeno acabou desencadeando reflexos também em outros setores produtivos, preocupando o cenário econômico da região.

Diante desses aspectos, buscava-se a discussão e possíveis alternativas para a mudança dessa situação junto aos órgãos representativos do setor produtivo juntamente com o estado, que teve como resultado a busca por um novo processo de exposição dos produtos industriais.

Organizava-se como resposta a estes problemas, em 1965, a Festa Nacional do Vinho no município de Bento Gonçalves, com a proposta de fomentar a economia do setor na tentativa de aumentar a demanda pelos seus produtos, posteriormente, ideia essa, usada para a criação de outros eventos para este mesmo fim.

Com a abertura e aceitação da sociedade local ao evento que trouxe resultados positivos ao mercado, as atenções se voltavam para visitantes de outras regiões, fomentando o setor e reconfigurando as relações de trabalho junto aos produtores e os industriais, o que se sucederia na próxima década.

Os anos 70 foram marcados por uma estratégia junto aos órgãos oficiais de turismo associados entre si, para fortalecimento do setor como alternativa para o desenvolvimento da região. É notável, na análise dos dados, a relação entre a parceria pública diretamente ligada aos industriários e a iniciativa privada, em detrimento à expansão do mercado e à mobilização pelo incentivo ao turismo como forma de demanda.

Alguns aspectos são de enorme importância para a nossa compreensão e análise de como o trabalhador rural de certa forma foi esquecido, ou no mínimo escanteado do processo de desenvolvimento dessa região e, não menos do que isso, não participante das decisões da sociedade que envolvia diretamente o seu sustento. O objetivo dessa associação buscava, além de estímulos fiscais para a industrialização dos municípios envolvidos, incremento da produção agropecuária e industrial, como ainda a tentativa de conjugar recursos técnicos e financeiros da União, Estado e Municípios associados para a solução de problemas turísticos da região.

Com os avanços gerados por essas ações integradas podemos entender no contexto histórico o que viria a ser no futuro a massificação do turismo, onde o fortalecimento da rede hoteleira para a recepção dos turistas na região, juntamente com a abertura à visitação das vinícolas já instituídas pelo setor industrial ao longo do tempo, mostra o que entendemos hoje pela consolidação da região do Vale dos Vinhedos como uma das principais rotas turística do estado e do país

Uma última colocação a respeito de tais fatos mostram a reconfiguração existente no que se refere ao trabalho do campo, onde as novas necessidades surgidas na região colocaram esses trabalhadores a buscar alternativas de inserção ao mercado como recurso incondicional de sobrevivência, abandonando por vezes seu trabalho original e migrando para os serviços designados pela indústria, além do aprimoramento técnico para as novas exigências que o mercado lhe proporcionava. Neste sentido, se observou

[...] uma nova dinâmica municipal, com a criação de hotéis para atender à demanda, o asfaltamento da principal rodovia de acesso e melhorias urbanas, além de despertar para a necessidade de qualificação profissional do setor vinícola, constantemente em crise. Contudo, além dos fatores simbólicos e econômicos, a tecnificação permitiu que a matriz da vitivinicultura fosse alicerçada cada vez mais. (VALDUGA, 2011, p. 161)

A partir dos conceitos de Bordieu no campo econômico podemos ressaltar a forte pressão exercida sobre a estrutura diante da sua configuração em tempo e espaço para as mudanças que foram proporcionadas nos arranjos econômicos pelo domínio exercido dos diferentes capitais (financeiro, tecnológico, simbólico) colocados pela indústria junto aos demais trabalhadores da região. O autor afirma que

[...] as diferentes espécies de capital não agem somente de maneira indireta, através dos preços; elas exercem um efeito estrutural, porque a adoção de uma nova técnica, o controle de uma parte maior do mercado, etc., modificam as posições relativas e as performances de todas as espécies de capital detidas pelas outras firmas. (BORDIEU, 2005, p. 25)

Neste sentido, as políticas de ‘turismo’ da secretaria do município de Garibaldi, por exemplo,¹² ilustram a ênfase que é dada aos empreendimentos, a saber, 1) aos vitivinicultores (que são as vinícolas já consagradas, de renome e abrangência nacional) 2) ao comércio local com a proposta das ‘passadas’ aos prédios históricos do centro da cidade e, por fim, 3) uma proposta menos ousada que se direciona aos trabalhadores da agricultura familiar, como

¹² Informações extraídas do site da secretaria em questão e de materiais de divulgação.

receptores dos turistas em suas casas, que como já retratamos conta hoje com apenas o cadastro de quatro famílias e com escasso investimento público.

A prefeitura de Bento Gonçalves, que compartilha com Garibaldi os brios do Vale dos Vinhedos, apesar de ter mais influência nesta rota, conta com, além do Vale, três outras propostas voltadas aos pequenos produtores – muito embora a maior concentração de turistas ainda seja voltado aos grandes centros ou atrativos, como a Maria Fumaça – que hoje é gerida por uma empresa de turismo receptivo de referência na região. Segundo representantes desta empresa, a baixa oferta de rotas turísticas faz com que, inclusive, grande parte dos seus clientes derive de pacotes de viagem feitos por uma operadora de nível nacional e estes nem sequer permanecem na cidade após o passeio. Estando hospedados na região das Hortênsias, a ida à Bento Gonçalves representa ao turista só mais um produto que é vendido pontualmente, sem sequer trazer qualquer impacto à economia local.

Notamos, diante da abordagem do ‘Campo Econômico’, as relações existentes que permanecem colocando os agricultores/trabalhadores em uma situação desprivilegiada na tentativa de discussão e participação na economia da região em parceria com iniciativas do estado. Mostrando os fortes laços do Estado em sintonia com os interesses dominantes da indústria e do mercado já estabelecidos,

[...] o Estado não é somente o regulador encarregado de manter a ordem e a confiança, e de regular os mercados, nem o árbitro encarregado de “controlar” as empresas e suas interações, como visto tradicionalmente. Como conseguimos mostrar a respeito do campo de produção de casas próprias, ele contribui, às vezes de maneira extremamente decisiva, para a construção da demanda e da oferta, ambas as formas de intervenção operando sob a influência direta ou indireta das partes mais diretamente interessadas. (BOURDIEU, 2005, p. 38)

Ilustrando, à agricultura familiar sobra apenas um projeto específico, em se tratando da secretaria de turismo de Garibaldi, que é o caso da rota dos sabores, anteriormente mencionada. Nas entrevistas, agricultores familiares que fazem parte da rota afirmam que houve um impulso inicial, por parte de uma iniciativa de governo, sem injeção financeira, mas que buscava apenas a organização dos agricultores numa espécie de circuito turístico, que com a troca da gestão pública acabou por ser abandonada. Com isso, e dado aos inúmeros

problemas derivados do fato de precisar manter-se neste novo sistema de geração de renda, a grande maioria das famílias inicialmente cadastradas acabaram abandonando o projeto e voltaram a focar a sua produção no sentido da subsistência, adicionando seus rendimentos à renda trabalhos assalariados geralmente voltados à indústria.

Seguir atrelado ao projeto turístico ainda pode representar, conforme relato dos agricultores, uma absorção precarizada das suas forças de trabalho por parte dos novos empreendimentos turísticos da região. Estes, quando se relacionam de algum modo com a agricultura familiar, compram o seu produto, que por sua vez precisa ser devidamente adequado às exigências técnicas e de prazos para produção, e passam a ser vendidos pelos empreendimentos como produtos turísticos. Nesta relação, “a competição entre as empresas assume frequentemente a forma de uma competição para o poder sobre o poder do Estado, notadamente, sobre o poder de regulamentação e sobre os direitos de propriedade – e para as vantagens asseguradas pelas diferentes intervenções do Estado” (BOURDIEU, 2005, p. 39).

Um exemplo disso é a produção de *capeletti* que é feita por agricultoras da região e vendida a preços módicos a uma rede hoteleira, que faz deste uma marca registrada da sua oferta turística, superfaturando o produto do trabalhador rural.

Esse fortalecimento do Vale dos Vinhedos como ponto turístico crescente nos últimos anos, portanto, está longe de promover efetivos benefícios aos trabalhadores da agricultura familiar. Pelo contrário, nota-se um processo de deslegitimação do agricultor na relação com o turismo, em prol de a sua inserção ser pautada por uma série de critérios relevantes ao sistema mercantil, mas que acaba por descaracterizar o cotidiano de trabalho rural no que diz respeito às alterações de aspectos culturais.

Para elucidar, retornando ao caso das senhoras que produzem *capeletti*, estas afirmam que o seu trabalho, agora voltado para o turismo, as impede, por exemplo, de frequentar muitas vezes à missa aos domingos. Isso porque o domingo é um dia de forte movimento no restaurante e confronta diretamente com uma prática religiosa presente de forma muito expressiva na região. Não obstante, estas senhoras não são gestoras do seu próprio empreendimento, o que as exime da liberdade de vender conforme o seu interesse e possibilidade. O compromisso com a prestação de serviços, normalmente feita de modo

informal, com o estabelecimento comercial faz com que o tempo do restaurante se sobreponha ao seu próprio tempo de trabalho.

Este conflito nos aponta para o desenvolvimento errôneo de uma política de turismo que privilegia as perspectiva de mercado e não centra as suas ações na promoção de possibilidade de inserção social destes agricultores que poderia se dar, por exemplo, através de empreendimentos autogestionáveis. O que acontece, na maioria das práticas, é a inserção precarizada do agricultor familiar no empreendimento turístico dominante.

Considerações finais

Ressaltamos, como premissa inicial, que não só há um distanciamento do trabalhador da agricultura familiar do cenário turístico da região, bem como uma acentuação na exploração e precarização do seu trabalho em relação ao poderio empresarial, aspectos construídos e legitimados de acordo com um processo de dominação que vem comprimido o pequeno trabalhador paulatinamente.

Neste processo histórico, enfatizamos a ausência dos projetos de turismo desenvolvidos por parte da iniciativa pública e, ao mesmo tempo, uma lacuna na inclusão da agricultura familiar com os empreendimentos turísticos privados, que passaram a dominar as relações de trabalho da região, já que uma minoria destes trabalhadores tiveram condições de consolidar-se na agroindústria. Este aspecto traduz, respectivamente, um avançar das formas de trabalho do mundo contemporâneo que foram se diferenciando do trabalho manual, informal e desregulamentado do campo, por um lado, e a mencionada ausência de políticas públicas que dessem conta de suplementar estes processos obsoletos, sem descaracterizar o trabalho do camponês.

Neste sentido, constatamos que, embora o Vale dos Vinhedos seja um roteiro turístico aparentemente constituído, a agricultura familiar tem sido sucumbida através da falta de legitimidade, historicamente estabelecida, do seu trabalho em relação com o mercado turístico, desfazendo assim, a prerrogativa das iniciativas do turismo também enquanto fenômeno social. Analisado de modo crítico a transformação histórica dos arranjos sociais, sugerimos que houve uma reorganização em função da conjuntura de um mercado voltado ao

turismo, o que embasa as premissas de dominância do empresariado na região, bem como, da consequente desvalorização do trabalhador rural, o que nada mais é que a própria observação local da maturação de um modelo capitalístico inscrito globalmente.

Destarte, advogamos a necessidade de uma relação diferenciada entre modelos de desenvolvimento para a sociedade, uma agricultura como base e alternativa de mudança e o turismo como campo, através de políticas públicas, movimentos cooperativistas, formas de *cooperação*¹³, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Rodrigo Lopes, et al. *Programa nacional de crédito da agricultura familiar e impactos nas economias locais no estado do Paraná*. Economia & Região 1.1 (2013): 69-90.

BLANCO, Enrique Sergio. **O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as "novas ruralidades" e a sustentabilidade do desenvolvimento local**. Caderno Virtual de Turismo, v. 4, n. 3, p. 2004, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. 2.ed. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Econômico**. Política & Sociedade, nº6, abril de 2005.

CONTI, Irio Luiz. PERALTA, Jorge Alfredo G. Agricultura familiar e agronegócio: dilemas e perspectivas. IN: MAGRI, Cledir Assisio; CONTI, Irio Luiz (org). **Agricultura familiar: alternativas em construção**. Passo Fundo: IFIBE, 2008.

DE LA TORRE, Oscar. **El turismo, fenómeno social**. Ciudad Del Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DELGADO, Nelson. Política Econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. daUFRGS, 2009.

ELESBÃO, Ivo. TEIXEIRA, Andressa Ramos. Turismo e agricultura familiar: o papel das iniciativas locais na valorização do mundo rural. In: SOUZA, Marcelino; ELESBÃO, Ivo. **Turismo rural: iniciativas e inovações**. Poeto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

¹³ Indica a ação coletiva de indivíduos com o intuito de partilhar, de forma espontânea ou planejada, o trabalho necessário para a produção da vida social (JESUS; TIRIBA, 2009).

FLORES, Murilo. **Da solidariedade social ao individualismo: um estudo sobre o desenvolvimento do vale dos vinhedos na serra gaúcha**. Tese. Doutorado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2007.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In. BAUER, Martin; GASKELL, George (org). **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. 2a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

GALEAZZI, Irene; HOLZMANN, Lorena. Precarização do Trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (org). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In. BAUER, Martin; GASKELL, George (org). **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. 2a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

GOODMAN, David et al. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

HOLZMANN, Lorena. **O Trabalho no Cinema (e uma socióloga na plateia)**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação. In. GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro; CATTANI, Antonio; LAVILLE, Jean-Louis. (orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LEITE, Sérgio (Org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

SOUZA, Marcelino; ELESBÃO, Ivo. **Turismo rural: iniciativas e inovações**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

TONINI, Hernanda. **Estado e turismo: políticas públicas e turismo no Vale dos Vinhedos**. Dissertação. Mestrado em Turismo. Caxias do Sul: UCS, 2007.

VALDUGA, Vander. **Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi – 1870-1960 (RS/BRASIL)**. Tese. Doutorado em Geografia. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

Vale dos Vinheiros - disponível em www.valedosvinhedos.com.br. (acessado em 10.08.2013)

YIN, Robert. **Estudo de caso. Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Artmed, 2002.